

RECURSO ESPECIAL Nº 1.147.300 - RS (2009/0126910-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : AIRES FERNANDO IEPSSEN E OUTRO
ADVOGADO : GUSTAVO BERNARDI - RS044154
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : EDUARDO NASI - RS042034

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

SFH. CONTRATO DE MÚTUO HIPOTECÁRIO. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO. SACRE. CAPITALIZAÇÃO NÃO-CONSTATADA. JUROS. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. AUSÊNCIA. MORA. MULTA CONTRATUAL. SEGURO. LEGALIDADE. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. INSUFICIÊNCIA. QUITAÇÃO PARCIAL.

O Sistema de Amortização Crescente (SACRE) assegura uma composição de prestações que garantem a amortização da dívida e dos juros programados para o pagamento do empréstimo, no prazo acordado. Capitalização dos juros não-constatada. Ausência de ilegalidade.

Taxa de juros mantida nos termos contratados, por ausência de violação legal.

Inexistência de valores a serem repetidos.

Cabível a cobrança de encargos moratórios em relação às prestações devidas e não-pagas e/ou não-consignadas pela autora por meio de medida judicial adequada.

Ausência de ilegalidade na estipulação da multa contratual.

Mantidos os valores dos prêmios do seguro exigidos no contrato, por falta de demonstração de abuso na cobrança pelo agente financeiro.

As regras relativas à ação de consignação em pagamento possibilitam o ajuste entre o valor ofertado e o valor devido, na fase de cumprimento/execução, suprimindo a insuficiência dos depósitos como fator de improcedência do feito.

Mantida a distribuição dos encargos de sucumbência estabelecida na sentença.

Nas razões de recurso especial, os recorrentes alegam violação do artigo 4º do Decreto 22.626/1933; 4º, § 4º, e 11 da Lei 8.692/1993; 963 e 964 do Código Civil de

1916, além de divergência jurisprudencial.

Não merece reforma o acórdão recorrido, o qual foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105/2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Observe, de início, que é manifesta a incidência da Súmula 282/STF, pois não houve, na origem, debate, ainda que implícito, sobre os artigos 4º, § 4º, e 11 da Lei 8.692/1993 e 963 e 964 do Código Civil de 1916 apontados como violados.

Anoto, depois, que os fundamentos do acórdão recorrido não foram especificamente impugnados pelas razões do recurso especial, donde a incidência da Súmula 283/STF.

Verifico, por fim, que a demonstração do dissídio jurisprudencial não obedeceu ao disposto nos artigos 541 do Código de Processo Civil de 1973 e 255 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça; para tanto, é necessária a demonstração da similitude de panorama de fato e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, não bastando, para tanto, a simples transcrição de ementas, como feito no caso concreto.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora